MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Acordo n.º 78/2007

Acordo de colaboração técnico-financeira entre a DGTTF e a Câmara Municipal de Aveiro (n.º 21/07 PIDDAC DGTTF) — Aquisição de um veículo pesado de passageiros

De harmonia com o disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 21/86, de 14 de Fevereiro, e na alínea d) do n.º 1 do Despacho Normativo n.º 34/86, de 7 de Abril, poderão ser celebrados acordos de colaboração nos domínios técnico e financeiro para a realização de projectos destinados a promover a transformação ou melhoria dos serviços de transportes terrestres.

Assim, a Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais (DGTTF), representada pelo Director-Geral, Dr. António Crisóstomo Teixeira, e a Câmara Municipal de Aveiro (CMA), representada pelo Presidente, Dr. Élio Maia, celebram o presente Acordo de Colaboração Técnico-Financeira, a seguir designado por Acordo.

A celebração do Acordo foi autorizada por despachos de 29 de Maio, de 27 de Agosto e de 7 de Setembro de 2007, da Secretária de Estado dos Transportes, do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local e do Ministro de Estado e das Finanças, respectivamente, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, e do n.º 5 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e a respectiva minuta foi aprovada por despacho de 29 de Maio de 2007 da Secretária de Estado dos Transportes.

O Acordo rege-se pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto do acordo

1 — Constitui objecto do Acordo, o co-financiamento para a aquisição de um veículo automóvel pesado de passageiros, cujo investimento se estima em € 220.000, conforme especificação constante da candidatura da CMA, datada de 02.03.07.

2 — A acção a emprender enquadra-se no projecto do PIDDAC da responsabilidade da DGTTF “Melhoria da qualidade e segurança dos sistemas e serviços de transportes públicos”, visado por despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 10.01.07

Cláusula 2.ª

Comparticipação financeira

1 — A DGTTF concederá uma participação financeira de € 141.700, como incentivo ao investimento referido na cláusula anterior, tendo em conta as disponibilidades orçamentais.

2 — O pagamento da participação será efectuado em 2007, mediante a apresentação de comprovativos da realização do investimento.

Cláusula 3.ª

Vigência do acordo

1 — A vigência do Acordo tem início na data da sua assinatura e termina 30 dias após a entrega da factura e do recibo, bem como dos documentos definitivos do veículo, com vista ao seu licenciamento em transporte público.

2 — A factura e o recibo deverão ser apresentados em original, a título devolutivo, para aposição do carimbo de participação e deverão conter a especificação das características técnicas do veículo, o preço e o tipo de contrato.

Cláusula 4.ª

Alterações ao acordo

Quaisquer alterações ao Acordo terão de ter a aprovação das duas partes e a autorização dos Ministros competentes, devendo a respectiva minuta ser aprovada pela Secretária de Estado dos Transportes.

Cláusula 5.ª

Incumprimento

O não cumprimento de alguma das cláusulas do Acordo, por parte da CMA, pode levar à devolução da participação financeira, por decisão da Secretária de Estado dos Transportes, mediante proposta da DGTTF.

Cláusula 6.ª

Omissões

Em tudo o que o Acordo for omissivo, aplicar-se-á a legislação geral, sendo as dúvidas que porventura surjam resolvidas por despacho da Secretária de Estado dos Transportes.

27 de Setembro de 2007. — O Director-Geral de Transportes Terrestres e Fluviais, *António Crisóstomo Teixeira*. — O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, *Élio Maia*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho (extracto) n.º 28308/2007

Ana Paula Pereira Cardoso Gomes Santos Graça, assessora principal da carreira técnica superior do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P. — requisitada, por um ano, para exercer funções na Casa Pia de Lisboa, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Novembro de 2007.

15 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *Álvaro Eduardo da Costa Amaral*.

Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico

Deliberação n.º 2402/2007

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 2 e 4, do artigo 2.º, da Portaria n.º 1301/2007, de 3 de Outubro, que cria a Comissão de Recursos, prevista no artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, o Conselho de administração delibera nomear, sob proposta do Conselho Directivo, em comissão de serviço, no regime do contrato individual de trabalho da Administração Pública, pelo período de 3 anos, para o exercício do cargo de Vice-Coordenadora Regional, adstrito à estrutura da Delegação Regional do Algarve, a Licenciada, Marta Luísa Caiado Gonçalves, cargo equiparado, para efeitos remuneratórios, a Director de Serviços da estrutura dirigente do IEFP, I. P.

A presente deliberação produz efeitos nesta data.

19 de Novembro de 2007. — A Directora de Serviços, *Isabel Maria de Araújo Flor Brites Lopes*.

Deliberação n.º 2403/2007

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 2 e 4, do artigo 2.º, da Portaria n.º 1301/2007, de 3 de Outubro, que cria a Comissão de Recursos, prevista no artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, o Conselho de administração delibera nomear, sob proposta do Conselho Directivo, em comissão de serviço, no regime do contrato individual de trabalho da Administração Pública, pelo período de 3 anos, para o exercício do cargo de Vice-Coordenador Regional, adstrito à estrutura da Delegação Regional do Alentejo, João Leocádio Correia Ricardo, cargo equiparado, para efeitos remuneratórios, a Director de Serviços da estrutura dirigente do IEFP, I. P.

A presente deliberação produz efeitos em 1 de Novembro de 2007.

19 de Novembro de 2007. — A Directora de Serviços, *Isabel Maria de Araújo Flor Brites Lopes*.

Deliberação n.º 2404/2007

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 2 e 4, do artigo 2.º, da Portaria n.º 1301/2007, de 3 de Outubro, que cria a Comissão de Recursos, prevista no artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, o Conselho de administração delibera nomear, sob proposta do Conselho Directivo, em comissão de serviço, no regime do contrato individual de trabalho da Administração Pública, pelo período de 3 anos, como Vice-Coordenador Regional, adstrito à estrutura da Delegação Regional do Norte, o Licenciado, Domingos Alberto Valente de Carvalho, cargo equiparado, para efeitos remuneratórios, a Director de Serviços da estrutura dirigente do IEFP, I. P.

A presente deliberação produz efeitos em 1 de Novembro de 2007.

19 de Novembro de 2007. — A Directora de Serviços, *Isabel Maria de Araújo Flor Brites Lopes*.